



Educação do Campo: a experiência do PRONERA no Território do Médio Alto Uruguai, Rio Grande do Sul

Rural education: the experience of the PRONERA in the Território do Médio e Alto Uruguai, Rio Grande do Sul

HILLESHEIM, Luis Pedro¹; BOSCARDIN, Mariele²; PELEGRINI, Gelson³

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen, luispedro@uri.edu.br ; ² Universidade Federal de Santa Maria, marieleboscardin@hotmail.com;

³ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen, gelsonpelegrini@uri.edu.br

Eixo temático: Educação Formal em Agroecologia

Resumo: O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) firmou-se como uma importante política de educação no campo. Focada inicialmente aos assentados da reforma agrária, ampliou seu público de beneficiários, a partir de 2010, passando a atender, beneficiários do Crédito Fundiário. É para este público que a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, por meio do Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária tem se voltado. A proposta pedagógica de qualificação em nível superior destes educandos centra-se na formação por alternância, utilizando de diversos instrumentos pedagógicos, dentre eles, o Projeto Profissional e de Vida. Objetivou-se com a realização deste ensaio apresentar um relato de experiência de educação voltada para agricultores, beneficiários do Crédito Fundiário atendidos pelo PRONERA, inseridos no Território do Médio Alto Uruguai. Este Território se destaca no acesso dos agricultores ao Crédito Fundiário (CF) com mais de 3800 famílias beneficiadas. Destas, 60 educandos concluíram a formação superior pelo PRONERA, elaborando e implantando seus projetos profissionais e de vida, junto à área de terra adquirida pelo crédito fundiário.

Palavras-Chave: Educandos; Formação por Alternância; Projeto Profissional e de Vida.

Keywords: Students; Alternating Formation; Professional and Life Project.

Contexto

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tem sido uma importante ferramenta de educação no campo. Conforme sinaliza Castro e Barcellos (2015), a referida política pública foi criada em Abril de 1998, beneficiando assentados e filhos de assentados da reforma agrária, representando para as organizações e movimentos sociais uma conquista na luta por educação no campo.

A partir do ano de 2010, por meio do Decreto nº 7.352, ampliou-se o público de beneficiários do PRONERA, passando a ter acesso a esta política pública: 1) População jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC); 2) Alunos de cursos de especialização promovidos pelo INCRA; 3) Professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias; e 4) Demais famílias cadastradas pelo INCRA (DECRETO Nº 7.352, ART. 13).

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



Outra particularidade desta política pública de educação do campo refere-se à exigência da Formação por Alternância (GONÇALVES, 2016). Esta metodologia de ensino se caracteriza pela alternância entre etapas de ensino desenvolvidos nos centros de formação (“tempo-escola”) com tempos de ensino desenvolvidos nas unidades de produção familiares e ou nas comunidades rurais (“tempo-comunidade”).

A formação por alternância no ensino superior tem como objetivo proporcionar aos educandos uma formação no seu espaço de trabalho, sem se desvincular da vida em sociedade. Através da elaboração e implantação do seu projeto profissional e de vida o educando organiza as suas atividades e ações no âmbito da produção e na “vida real” lançando mão dos conhecimentos construídos nas reflexões e estudos no tempo em que está na universidade. Cabe destacar que o projeto é de vida, por que essa dinâmica de formação demonstra a evolução constante do ser humano.

Articular a prática diária com o conhecimento já teorizado é o grande legado da formação por alternância. O que garante essa dinâmica são os instrumentos pedagógicos, entre eles, destaca-se neste texto o “projeto profissional e de vida” que os educandos constroem durante a sua formação superior.

Os diálogos realizados neste ensaio partem da experiência do Projeto “Qualificação de agricultores e/ou familiares beneficiários do crédito fundiário da região do Médio Alto Uruguai e do Rio da Várzea – RS”, fruto de convênio realizado entre a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, por meio do Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Pronera. A URI tem atuado na formação e qualificação em nível superior de agricultores, focando a categoria dos agricultores familiares. A partir do Decreto 7.352/2010, que incluiu o público de beneficiários do Crédito Fundiário (CF), ao PRONERA, foi possível encaminhar proposta para atender este segmento de agricultores, que está presente em grande número na área de abrangência da universidade no Território do Médio Alto Uruguai.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de 1999 a 2014, foram beneficiadas 3.841 famílias no Território do Médio Alto Uruguai, estas acessaram mais de 219 milhões de reais para a aquisição de terras (MDA, 2015). Segundo Pelegrini (2018) um dos principais fatores que condicionaram estes números foi a grande demanda reprimida e a dificuldade de acesso à terra por parte da agricultura familiar, que é a principal categoria social dos 34 municípios que compõem o território.

Atendendo a esta demanda de formação dos beneficiários do crédito fundiário a URI, no ano de 2014, iniciou a formação da primeira turma do Brasil com este público através do PRONERA, que foi operacionalizado pelo Convênio com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No ano de 2015, teve início a



segunda turma do PRONERA com beneficiários do Crédito Fundiário que é o foco deste estudo.

Objetivou-se com a realização deste ensaio apresentar um relato de experiência de educação voltada para 35 agricultores e/ou filhos de agricultores, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário atendidos pelo Pronera, inseridos no Território do Médio Alto Uruguai.

Descrição da Experiência

Inicialmente este relato de experiência contempla uma breve apresentação do perfil dos educandos do PRONERA, bem como de suas unidades de produção familiares (UPFs). Os 35 educandos estão distribuídos geograficamente em dezesseis municípios do Território do Médio Alto Uruguai. A respeito da faixa etária, a mesma, varia entre 21 e 48 anos, sendo que, a média de idade é 29,9 anos. O maior número de acadêmicos (31,4%) possui entre 20 a 25 anos e 31 a 35 anos.

As áreas de terra das unidades de produção familiares é bastante variável, sendo que a maior é de 140 hectares e a menor de 9,5 hectares, o que resulta numa média de 32,7 hectares. Analisando o número de UPFs por estratos de área, evidencia-se que o maior percentual (48,8%), possui entre 21 e 50 hectares, na sequência 34,3% possuem entre 11 e 20 hectares. No que diz respeito as unidades de trabalho familiar (UTF), o maior número de famílias possuem 3 UTF, sendo esta composta majoritariamente pelos pais e um filho.

Tratando-se das atividades produtivas existentes nas unidades de produção familiares constatou-se que de modo geral, as mesmas são bastante diversificadas, e que, além dos produtos voltados para o mercado, todas as famílias produzem alimentos para a subsistência familiar, que chegam a utilizar mais de 50% da área da propriedade em um dos casos.

As atividades desenvolvidas por ordem de maior representatividade são: milho, bovinos de leite, soja, fumo, feijão, laranja e suínos, bovinos de corte, trigo, hortaliças e videira. Os dados demonstram que o plantio de milho está presente em 86% das unidades de produção familiares, entretanto, cabe destacar que o mesmo não é produzido apenas com o intuito de comercialização, mas em muitos casos, é utilizado para a produção de silagens, ou para o autoconsumo familiar (alimentação de suínos e aves).

Outra atividade que ganha destaque é a atividade leiteira, presente em 69% das unidades de produção familiares. Além disso, na maior parte dos demais casos, que não há produção com o intuito de comercialização, a mesma está presente com o objetivo de autoconsumo familiar. O número de animais (vacas em lactação) é bastante variável, entre 3 e 70 animais. Cabe ainda destacar que em um caso o leite não é comercializado *in natura*, mas sim, beneficiado na forma de queijos, iogurtes e outros produtos, agregando valor a matéria prima. Neste caso, a UPF, possui uma



agroindústria de leite e derivados, sendo esta agroindústria, fruto do “projeto profissional e de vida” do educando. Outras commodities agrícolas, soja, feijão e fumo são bem representativas, sendo que estas culturas são de cultivo tradicional no território.

Além de perfil dos educandos e de suas unidades de produção, este ensaio tem como foco apresentar questões referentes ao acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário e os “efeitos” na vida dos beneficiários e seus familiares.

Neste estudo de caso, constatou-se que, a maior parte dos educandos são os próprios beneficiários do PNCF, seguido de seus pais, esposo ou esposa, e, por fim, irmãos. Verificou-se ainda que, em apenas um dos casos, o beneficiário não está exercendo atividades na UPF adquirida via crédito fundiário. Nos demais, mesmo que em alguns casos haja realização de trabalho externo a unidade de produção familiar, os educandos participam ativamente das atividades, a participação refere-se desde as atividades produtivas, até a participação na gestão e tomada de decisões.

Ainda tratando-se dos efeitos do CF na vida dos beneficiários e de suas famílias, constatou-se que para 29 educandos, ou seja, a maioria deles, o acesso ao crédito está sendo determinante para a permanência no meio rural. Dentre as razões, destaca-se a possibilidade de ampliar a área de terra já existente e, conseqüentemente, ampliar a produção agrícola. O aumento da produção se resume na maioria dos casos como aumento de renda e, logo, a melhoria na qualidade de vida, viabilizando a permanência no meio rural. Pelegrini (2018) verificou que as UPFs dos beneficiários que agregaram área a já existente obtiveram melhores resultados em relação à renda agrícola. Nos casos estudados no município de Frederico Westphalen, a ampliação da área de terra foi um fator determinante para viabilizar o sistema de produção e obter a renda agrícola necessária para a família.

O crédito também foi importante para a implantação de novas atividades produtivas nas UPFs, inexistente até então, como a citricultura. Outra questão destacada pelos acadêmicos é a autonomia, pois para muitos dos educandos, o CF, possibilitou ter uma área de terra em seus nomes, independente da área de terra dos pais.

Nas palavras dos educandos, reforçam-se estas constatações: “Foi possível ampliar a atividade leiteira”; “Possibilitou melhorar a qualidade de vida da família”; “O sustento da família é retirado da área adquirida via PNCF”; “Tínhamos pouca área de terra, com o PNCF ampliamos a área de terra e a produção”; “Seria inviável a permanência no meio rural, pois a propriedade era pequena, então não daria para se manter, pois necessitaria de mais área”.

Para um dos beneficiários, que não possuía área de terra antes de acessar o crédito fundiário, a política pública foi de extrema importância para sua ocupação no meio rural. Conforme destaca: “Se não tivéssemos acesso ao crédito fundiário, não estaríamos produzindo no meio rural e sim, na cidade”.



Outro fator destacado é a oportunidade de ter cursado o curso superior de Tecnologia em Agropecuária, das Ciências Agrárias/URI, que possibilita a formação de agricultores em nível superior por meio do PRONERA. Nas palavras de um educando: “Poder estudar gratuitamente, e aprender a trabalhar corretamente, diferenciando-se de outros agricultores”. Este processo de educação problematiza a realidade vivenciada pelo educando e constrói o conhecimento necessário para melhorar as condições de vida e dos sistemas de produção agropecuários dos educandos e suas famílias.

Resultados

Percebemos nas ações desenvolvidas durante o processo de formação por alternância dos educandos do PRONERA uma alavanca de mobilização, que se desdobra em processos de transformação, na vida particular e das famílias por meio da consolidação de práticas autônomas, que se consolidam em uma ponte entre a instituição de ensino e as unidades de produção familiar, por meio da construção do projeto profissional e de vida.

Durante a formação superior, elaborar e implantar um projeto profissional e de vida que seja capaz de proporcionar a geração do espaço e renda do futuro profissional sucessor de UPF e conseqüentemente da comunidade a qual pertence. Os projetos desenvolvidos pelos educandos foram constituídos a partir de realidades, espaços reais de explorações agropecuárias, porém considerando fatores técnicos, ambientais, sociais, econômicos, políticos e religiosos existentes no campo. Inicialmente elaboraram um diagnóstico da situação da UPF, em seguida estabeleceram objetivos e metas que por sua vez levaram a descrição de sistemas de produção sustentáveis, com análise do fator renda familiar e ao final estabeleceram futuras ações de sustentabilidade das UPF com qualidade de vida.

Os projetos assumiram cinco eixos distintos: área de solo; área de produção vegetal; animal; de agroindustrialização familiar e de desenvolvimento rural. Todos os projetos profissionais e de vida constituíram espaços de desenvolvimento integral, além da renda, desenvolveram característica de vida e reprodução social. A agroecologia e produção orgânica foi uma busca incansável dos educandos e está presente em todos os projetos profissionais e de vida, pois a luta pela terra, pela produção de alimentos e reprodução da família no campo, constitui-se por si só, um espaço de continuidade não só de produção de alimentos, mas de cultura, valores e características sociais do campo.

Assim, este processo de educação que trabalha sem desvincular o educando do campo, do seu meio familiar e cultural, trabalhando os conhecimentos teóricos juntamente com os práticos além de possibilitar a aplicação dos conhecimentos adquiridos na sua comunidade de origem, cria possibilidades para que os educandos e suas famílias permaneçam no campo com maior qualidade de vida.



Referências bibliográficas

BRASIL, Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> . Acesso em: 15 jun de 2019.

CASTRO, E. G. DE; BARCELLOS, S. B. Políticas públicas para a juventude rural brasileira. In.: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GONÇALVES, E. D. Contribuição dos movimentos sociais para a efetivação da educação do campo: A experiência do programa nacional de Educação na reforma agrária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 135, p.371-389, abr.-jun., 2016.

PELEGRINI, G. "Crédito fundiário: uma política de reforma da estrutura agrária ou de acesso à terra para ampliar a área dos pequenos proprietários?". **Tese de Doutorado**. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural. Santa Maria, RS. 2018.